



ORÇAMENTO PARA 2008 DO MUNICÍPIO DE ALMADA

Parecer do Bloco de Esquerda

26 Dezembro 2007

Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Sra. Presidente da Câmara

Senhoras e Senhores vereadores e deputados municipais

Senhoras e senhores munícipes

O orçamento proposto para 2008 traduz as intenções do executivo municipal para o seu terceiro ano de mandato e, por este motivo, não pode ser analisado de forma anacrónica e descontextualizada de todo um percurso que já se percorreu e das metas então assumidas para ontem, para hoje e para amanhã.

Depois de dois anos (2006 e 2007), em que as taxas de execução do investimento municipal (vertido quantitativamente, sobretudo, no Plano Plurianual de Investimentos) estiveram longe, muito longe, do que esta Assembleia havia aprovado, e em que 2007 ilustra uma realização (à data de 30 de Novembro) que se cifra em apenas 48.3% (contra os 64% do ano anterior) é o momento de questionar o executivo municipal sobre as estratégias que este visa adoptar para suprir os desfasamentos já verificados, tanto mais, que em apenas dois anos, apenas se conseguiram executar pouco mais de 55% dos 67.8 milhões de euros orçamentados.

É certo que a Administração Central não tem cumprido com as suas responsabilidades em termos de montantes assumidos e em termos de faseamento de pagamentos acordado. É certo que, pelo menos em 2006 (e nada há que indique que 2007 tenha sido diferente), o Estado apenas liquidou 60% das responsabilidades que havia protocolado. É certo que as receitas totais não têm conseguido alcançar os valores previstos (atingindo cerca de 85%, tanto em 2006, como, em princípio, em 2007). Este é, efectivamente, um ónus que não pode ser atribuído à Câmara Municipal.

Mas o Executivo Municipal não pode justificar o seu fracasso em termos de política de investimentos, apenas com base nesta realidade que lhe é totalmente exógena e que, por este motivo, não se encontra sob a sua esfera de influência. Assim, e a título exemplificativo, se é certo que o Estado não honrou os

compromissos a que se vinculou, também não deixa de ser uma dura certeza, o facto de a principal responsável das receitas de capital não terem atingido os montantes previstos (49.3% em 2006 e, previsivelmente, 70% no ano que agora finda) é a própria Câmara que se demonstrou incapaz de realizar as medidas que, a este respeito, havia definido.

No entanto, e apesar da fraca realização dos investimentos previstos, áreas há em que é evidente a preocupação do Executivo em envidar esforços para que não se verifiquem derrapagens relativamente ao orçamentado e, mais relevante, se promova, em 2008, um *catching-up* face aos sucessivos incumprimentos que se têm verificado neste mandato. São os casos da Cultura, em que após um ano em que o montante investido rondou os 19% do que havia sido assumido (depois de um 2006 em que a taxa de execução se cifrou em 82.6%) se promete agora aplicar mais de 5.4 milhões de euros; e do Desporto, Recreio e Lazer que agora serão alvo de um encaixe superior a 4.9 milhões de euros, para tentar compensar os dois últimos anos em que as metas propostas não foram atingidas (71.4% em 2006 e 27.8% em 2007).

O Bloco de Esquerda congratula-se com este esforço, não obstante considerar ser legítimo indagar em que medida estes investimentos são efectivamente prioritários e qual a racionalidade que os sustenta, num contexto em que as necessidades são ainda muitas e os recursos são limitados.

Neste sentido, e assumindo como premissa a de que existem prioridades orçamentais que devem ser relativamente imunes às flutuações de receita gerada (como as remunerações dos trabalhadores, em termos correntes), não se compreende, nem se aceita, que os investimentos verificados em 2007, no âmbito das Funções Sociais não atinjam sequer (a 30 de Novembro) os 50% e que, para 2008, se proponha agora um montante que representa apenas 45% do que havia sido apresentado para esta mesma rubrica, de forma previsional para 2008, em sede de plano de orçamento para 2007. O mesmo ocorre em termos de Educação e de Habitação, áreas extraordinariamente sensíveis no nosso concelho e que, a realidade assim o evidencia, não merecem ser consideradas como meras variáveis dependentes de um qualquer resultado orçamental.

Na Educação e tendo como legado dois anos de mandato em que os investimentos realizados se traduziram em cerca de 70% do prometido, o Executivo Municipal apresenta agora uma proposta 52.2% inferior ao previsto para 2007 e 57% inferior ao valor que consta, de forma previsional para 2008, no plano de orçamento aprovado por esta Assembleia no ano passado. Esta descapitalização é tanto mais preocupante, quando se coloca o enfoque no Ensino Pré-Escolar (que segundo a Carta Educativa de Almada, ostenta ainda profundas carências que exigem uma resposta célere e inequívoca), que será alvo de um sério investimento municipal de 3000 euros (0.3% do orçamentado para 2007)... 3000 euros que servirão para ampliar a rede do pré-escolar no nosso município... 3000 euros.

Mas a Educação não se esgota efectivamente no pré-escolar... os investimentos previstos para o Ensino Básico e Secundário, para 2008, representam 34.7% do orçamentado para o ano que agora finda e procuram assim colmatar uma execução, que ao longo deste mandato, rondou os 70%. Continuamos longe, muito longe, de uma educação para todos, com qualidade infra-estrutural, e social e economicamente inclusiva. Neste sentido, e a este respeito, a proposta apresentada não é ambiciosa e encontra-se definitivamente desfasada de uma qualquer cidade educadora, da cultura e do conhecimento.

O ano de 2008 veicula também sérias preocupações no que concerne à Habitação e Serviços Colectivos, porquanto os cerca de 7 milhões de euros agora inscritos nesta rubrica (7.8 milhões se se considerarem os valores apresentados no Plano de Actividades Orçamental), representam apenas 73.2% do orçamentado para 2007 e 25% do que previsionalmente se havia contemplado o ano passado. Esta situação é tanto mais preocupante, na medida em que, este será aparentemente o segundo ano de investimento zero na construção de habitação social e mais um ano em que as condições de vida de todos quantos residem em habitação denominada de “social” dificilmente serão melhoradas.

Ao longo deste mandato, o Executivo Municipal despendeu somente 878 mil euros em grandes reparações em bairros camarários (uma taxa de execução que se cifra em 84% em 2006 e 46.54% em 2007 e que representa 2.3% do valor global de investimentos realizado), pelo que, se considera inaceitável a verba de 435 mil euros para 2008, com a promessa de em 2009 este valor ser amputado em quase 290 mil euros. São as condições de vida de almadenses que estão em causa e o Executivo Municipal não se pode escudar numa eventual dívida acumulada de 334 mil euros por parte dos inquilinos, para não implementar um conjunto de medidas sérias e responsáveis, no sentido da dignificação da cidadania de cerca de duas mil famílias. O Executivo Municipal não está a promover um desenvolvimento solidário, não está a construir um Concelho para todas e todos.

Mas não é só o património social que é alvo de um investimento decepcionante. Os montantes afectos a Recuperação e Conservação do Parque Habitacional demonstram que esta também não é uma prioridade governativa e que o Executivo não é capaz, neste orçamento, de recuperar os custos de oportunidade inerentes a dois anos de completo abandono. Que outro significado se pode atribuir a taxas de execução de 3.81% em 2006 e zero, nada, em 2007? São certamente mais de 700 mil euros que o Executivo devia ter investido e não investiu, e que 2008 não vai conseguir fazer esquecer, na medida em que o esforço suplementar que agora é apresentado se cifra em 150 mil euros – apenas 21.4% do que ficou por fazer!

O Bloco de Esquerda também não compreende como é que um município que afirma atribuir o primado do desenvolvimento a uma estratégia de promoção do turismo, consegue implementar tal desígnio com apenas 320 mil euros, um valor que representa 42.7% do que era previsto para 2008, no Plano de Orçamento do ano passado, e que não consegue suprir a inércia e a falta de empreendedorismo demonstrada pelo Executivo ao longo do último ano, que se traduziu numa taxa de execução de apenas

8.2%. O Executivo continua a adoptar uma estratégia de diferimento dos investimentos estruturantes para um futuro incerto e, como aqui ficou demonstrado de forma reiterada, incumprido.

Ao nível da despesa corrente, o Bloco de Esquerda saúda a diminuição absoluta e relativa da precariedade laboral no seio da Câmara Municipal, mas não pode deixar de continuar a insistir para a necessidade das contas apresentadas serem mais transparentes, na medida em que é impossível perceber o destino a dar a quase 4 milhões de euros inscritos em diversas rubricas de “outros”.

Por outro lado, o Bloco de Esquerda continua a não compreender, a não aceitar, e a condenar a inscrição de mais de 1.1 milhões de euros em actividades de puro marketing político, como são os prémios e condecorações, a publicidade e os fogos de artifício. Poder-se-á sempre argumentar que estas despesas são pequenas retribuições à participação de muitas cidadãs e muitos cidadãos na vida do concelho. Porém, quando existem necessidades mais prementes que urgem satisfazer, como seja ao nível da educação, da habitação social e da cultura, este argumento perde muita da sua legitimidade e não pode ser tomado como sério, na medida em que o acessório só deverá ser garantido, quando o essencial também o for... e esta não é a realidade de Almada.

Não deixa igualmente de ser preocupante o crescente recurso a serviços especializados externos ao corpo de funcionários (e eventualmente de competências) da Câmara Municipal que, em 2008, ascenderá a perto de 3.25 milhões de euros (4.1% mais que em 2007 e 20% mais do que o executado em 2006). Neste sentido, e dado o carácter estrutural desta despesa, importa questionar o Executivo sobre a necessidade de internalizar este tipo de serviços, e sobre as medidas adoptadas e a adoptar, para garantir que os direitos dos trabalhadores nessas empresas se encontram respeitados e salvaguardados.

Do lado da receita, e contrariamente ao que o Bloco de Esquerda esperava (tendo em conta o discurso da Sra. Presidente de Câmara, no passado dia 15 de Outubro, em que afirmou que a expansão urbana era efectivamente um problema), o orçamento para 2008, prevê um agravamento desta expansão em relação a 2007, e conseqüentemente, uma contínua delapidação dos poucos espaços verdes ainda existentes no nosso município. A este propósito, e corroborando esta política de betão armado para o concelho, importa recordar os dados do INE sobre licenciamentos urbanos, em que Almada aparece, cronicamente, como o município onde o rácio de licenciamentos para nova construção em relação a licenciamentos totais é maior, rondando, de forma constante os 98%. Mais construção não é sinónimo de melhor qualidade de vida, pelo contrário, e por esta razão, o Executivo deveria saber colocar o bem-comum acima de metas orçamentais de carácter conjuntural.

As receitas totais verificam um crescimento de 6.9% face ao orçamentado para 2007 (33.2% face ao já realizado no presente ano) atingindo os 87 milhões de euros. De facto, o orçamento mais favorável que este Executivo já definiu no presente mandato é aquele em que as despesas correntes também ocupam

um maior peso (67.6%, contra 65.6% do já realizado em 2007 e 63.3% do orçamentado para 2006). O acessório, no curto prazo, torna-se o estrutural e os investimentos necessários são temporalmente diferidos para um futuro que se assume sempre como próximo.

Pelas razões apresentadas, o Bloco de Esquerda não se revê no conjunto de medidas que, segundo a própria Senhora Presidente da Câmara deveriam ir ao encontro do Apelo de Joanesburgo para o Desenvolvimento Sustentável. Por sentirmos que o primado da actuação municipal é o equilíbrio financeiro (o mesmo que é tão criticado, e bem, pelas forças de esquerda desta Assembleia) e por continuarmos a considerar que Almada é mais, muito mais, do que a cidade que se ergue junto ao rio e do que a expansão urbana que há décadas vem sendo preconizada por sucessivos executivos CDU, o Bloco de Esquerda, pela primeira vez neste mandato, votará contra o orçamento apresentado.

Almada é dos Almadenses, e é em cada um deles que os orçamentos municipais deveriam investir.

P'O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda
Manuel Braga